

Recebi a missão de representar Sua Excelência o Sr. Presidente da República, João Manuel Gonçalves Lourenço, neste acto de abertura da 1ª Conferência Internacional sobre a Problemática do Fenómeno Religioso em Angola, que tem o objectivo de analisar a crise de valores religiosos e visa contribuir para o debate social e científico acerca desse fenómeno.

Saúde a Escola Nacional de Administração, como instituição de formação profissional ligada ao Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social.

Saúdo igualmente os participantes a esta conferência, esperando que contribuam para uma discussão académica e profissional sobre a problemática religiosa no nosso país, bem como para a reflexão acerca do impacto que a prática religiosa tem sobre a forma como as comunidades contribuem para o progresso e o desenvolvimento.

Excelências,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Considero útil e oportuno começar por referir o papel que o Estado deve desempenhar, no que à actividade religiosa diz respeito.

O primeiro aspecto que devemos considerar é o facto de sermos um Estado laico, o que significa que o Estado angolano exhibe uma neutralidade e imparcialidade em relação à prática religiosa. Quer dizer que não apoiamos nem discriminamos qualquer confissão religiosa, desde que assuma o seu papel e não atente contra os direitos humanos e contra os direitos dos cidadãos, que estão consagrados na Constituição da República.

Se por um lado defendemos a liberdade religiosa, por outro lado temos consciência de que a religião e as confissões religiosas não devem

interferir nos assuntos do Estado. As confissões religiosas são parceiras do Estado – e posso mesmo adiantar que são parceiras privilegiadas do estado, pois possuem a importante missão de contribuir para a harmonia social e para o apaziguamento dos espíritos dos cidadãos.

Tendo em conta a importância que o Estado atribuí às confissões religiosas, o Executivo angolano criou uma Comissão Interministerial encarregue pelo acompanhamento do exercício da liberdade religiosa, crença e culto, que tem a missão de conjugar esforços tendo em vista a regularização da situação das confissões religiosas e a regulação dos procedimentos de relacionamento com as instituições do Estado.

A Comissão Interministerial, que é coordenada pela Ministra da Cultura, é integrada pelos titulares dos Ministérios do Interior, das Relações Exteriores, da Administração do Território e Reforma do Estado, da Justiça e Direitos Humanos e da Acção Social.

São, pois, estes os sectores que têm uma palavra a dizer no que respeita à acção das confissões religiosas em Angola. Três deles têm, tradicionalmente, exercido a acção nesta matéria: o reconhecimento das confissões está a cargo do *Ministério da Justiça e Direitos Humanos*; o eventual encerramento de denominações que exerçam actividade sem o devido registo e autorização está a cargo do *Ministério do Interior*; e o acompanhamento da acção meritória de cada confissão é de responsabilidade do *Ministério da Cultura*, que tutela o Instituto Nacional dos Assuntos Religiosos.

Quer dizer que, ao contrário do que lemos com frequência, o acompanhamento estatal da acção das confissões religiosas não está apenas a cargo do Ministério da Cultura. Cada um dos departamentos ministeriais que integram a Comissão Interministerial têm uma responsabilidade específica, relacionada com o seu próprio objecto.

Excelências,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Temos hoje, em Angola, 84 confissões religiosas reconhecidas. Mas estima-se que tenhamos cerca de 1.206 denominações religiosas que não estão registadas nem reconhecidas como tal.

Esta é uma situação que precisamos de regular com a maior urgência, tal como foi orientado em Março deste ano por Sua Excelência o Sr. Presidente da República. Porque não é admissível que continuemos a admitir a existência de denominações religiosas que não tenham registo. É menos admissível ainda que tenhamos denominações que exerçam actividade comercial ou que atentem contra os direitos humanos e contra os princípios da urbanidade e da boa convivência, como há casos de que temos tido conhecimento.

O Estado tem a missão de garantir o respeito pela Constituição e pelos direitos dos cidadãos, não podendo por isso permitir a promiscuidade que vem ocorrendo um pouco por todo o país e de que os meios de comunicação social têm dado notícia.

Temos de salvaguardar o respeito pelos princípios da prática religiosa secular, seja no domínio espiritual, seja no apoio social aos mais carenciados.

E temos de assumir que a missão pastoral obriga a formação teológica, sem a qual não pode haver condições para o seu exercício.

Para além disso, os pastores não podem ser confundidos com comerciantes ou com abutres, que se aproveitam da ingenuidade associada à fé dos crentes, para destes extorquirem o máximo possível.

E a missão das confissões religiosas não se pode confundir com o objecto empresarial, mais ainda com o benefício de isenções fiscais.

Temos de travar a acção nefasta de algumas denominações religiosas, que colocam em causa o papel espiritual e social daquelas confissões que cumprem a sua missão é que respeitam os limites do seu objecto social.

Excelências,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

O que será que o Estado espera das confissões religiosas? Temos consciência de que estamos num país que viveu uma longa guerra civil, que por isso precisa da acção espiritual das Igrejas, de modo que contribuam para o processo de reconciliação que ainda decorre.

Temos milhões de angolanos que sofreram traumas durante várias décadas de guerra civil e, por isso, precisam de apoio psicológico e espiritual. O Estado espera que as Igrejas, possam auxiliar-nos a cumprir esta missão espinhosa.

Do mesmo modo, as Igrejas têm de caminhar com o Estado, em relação à implementação de políticas públicas na área social, nomeadamente nos sectores da educação, da saúde e da assistência social aos mais carenciados. No nosso país, as Igrejas têm grande tradição de apoio social, que precisamos de manter e reforçar.

Uma outra área em que as Igrejas devem colaborar, enquanto parceiras do Estado, é a do reforço da cidadania, através da promoção da inclusão social e da promoção do bem comum.

Não me posso esquecer, ainda, da difusão de valores morais e dos princípios éticos, enquanto objecto privilegiado da acção pastoral e enquanto missão do Estado, da família, da escola e das comunidades. Temos um grande défice a este respeito, de modo que devemos todos

juntos reforçar a transmissão dos bons costumes para melhorar a prática diária dos cidadãos e para garantir a coesão social.

A terminar esta referência às áreas de actuação das Igrejas enquanto parceiros do Estado, quero referir-me à família como célula de base da sociedade. Todas as instituições parceiras do Estado devem colocar-se ao nosso lado, para contribuirmos para o resgate do importante papel da família na formação da mentalidade e da personalidade das crianças e jovens de hoje, que serão os futuros profissionais e os futuros governantes deste país. Temos de apoiar cada vez mais as famílias, de modo que cumpram a sua missão, eliminando os espinhos que surgem pelo caminho e reforçando os valores positivos e o patriotismo junto das novas gerações.

Excelências,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

É preciso que os bons exemplos venham de cima. Os bons exemplos têm de vir dos pastores, dos professores, dos artistas, dos jornalistas, dos funcionários públicos e dos governantes.

Se continuarmos a transmitir elementos negativos, não poderemos esperar por uma actuação positiva de parte daqueles que nos sucederão nas próximas décadas.

Temos todos de pensar Angola, pensar o progresso, pensar o desenvolvimento.

Governantes, funcionários públicos, jornalistas, artistas, professores e pastores que actuem contra os princípios e contra as respectivas obrigações têm de ser penalizados.

Não podem continuar a transmitir maus exemplos às novas gerações.

Exactamente por essas razões, comprometemo-nos aos cidadãos que o Executivo iria disciplinar a acção das confissões religiosas e começamos a fazê-lo. Fomos obrigados a tomar algumas medidas que se impunham, de modo a acabarmos com alguns desmandos praticados em seitas e organizações que nada têm a ver com a acção religiosa, que têm sido publicamente denunciados através dos meios de comunicação social e as redes sociais.

Temos de ser rigorosos e corajosos, se pretendemos reganhar a confiança das nossas populações e a confiança da comunidade internacional.

Excelência, Senhor Ministro,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Vamos, cada um de nós, cumprir a nossa missão, com zelo, rigor e determinação, para que contribuamos para a melhoria da qualidade de vida do nosso povo. Os parceiros do Estado têm uma palavra a dizer neste quadro, de modo que devemos todos tomar consciência das nossas obrigações, para que saibamos honrar o compromisso assumido com os cidadãos e com a sociedade.

Em nome de Sua Excelência, o Sr. Presidente da República, João Manuel Gonçalves, declaro assim aberta a 1ª Conferência Internacional sobre o Fenómeno Religioso em Angola.

**Muito obrigada. Luanda, 11 de Outubro de 2018**